



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL**

Estratégias de Gestão da Renda dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB)  
no Bairro de Hulene “A” – Cidade de Maputo (2016-2020)

Rosa da Arminda Foquisso

Maputo, Janeiro de 2022

**Estratégias de Gestão da Renda dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico  
(PSSB) no bairro de Hulene “A” – Cidade de Maputo (2016-2020)**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

Rosa da Arminda Foquisso

**Supervisor:**

Professor Doutor: Hinervo Chico Marquez

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Eu, Rosa da Arminda Foquisso, declaro por minha honra que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Rosa da Arminda Foquisso

---

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Presidente da Mesa de Júri:**

Maria Joana de Almeida Msc.

---

**Oponente:**

Emídio de Brito Moiana Msc.

---

**Supervisor:**

Prof. Doutor Hinervo Chico Marqueza

---

Maputo, Janeiro de 2022

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, minha mãe Arminda Felisberto Foquisso, minha avó Florinda e a todos que me apoiaram durante todo percurso académico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo Capito Luís Tomás Semente pelo amor e apoio incondicional, suporte, incentivo, e por ter estado ao meu lado em todas situações nesta caminhada. A toda minha família, pela estrutura proporcionada no sentido de manutenção de um ambiente familiar agradável, as minhas tias Adozinda Felisberto Foquisso e Joana Felisberto Foquisso pelo suporte, as minhas irmãs Carmen Cagela e Adelina Cagela pelo apoio neste processo de aprendizagem.

Ao Prof. Doutor Hinervo Chico Marqueza, meu supervisor, pela simplicidade, amizade, disponibilidade, ajuda, oportunidade e ensinamentos. A todos docentes do curso de licenciatura em Serviço Social da Universidade Eduardo Mondlane, pelas correcções e ensinamentos que me permitiram apresentar um bom desempenho durante o percurso académico de quatro (4) anos.

Aos meus amigos e colegas do curso que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Com enfoque especial para a minha comadre Dolca pelos conselhos valiosos, minhas colegas Alice, Admira, Luísa, Inércia, Lindinalva, Dénisse, Adelaide, Clara Nhabanga, Lassitiça, e a todos colegas do Curso de Serviço Social;

A todos que participaram, directa ou indirectamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, no enriquecimento do meu processo de aprendizagem, as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação académica.

## Resumo

A presente pesquisa é subordinada ao tema *Estratégias de Gestão da Renda dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) no bairro de Hulene “A” – Cidade de Maputo* (2016-2020). Nela objectivou-se analisar as estratégias de gestão de renda dos beneficiários do Programa Subsídio Social Básico na cidade de Maputo, para tal, o estudo foi feito no bairro de Hulene “A”. Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, pois, não houve preocupação com a representatividade, mas sim, com o aprofundamento da análise dos grupos alvo sobre a temática. Teve como suporte teórico a teoria da decisão de Herbert Simon e James G. March, que enfatizam a ideia de que as pessoas desenvolvem suas actividades racionalmente em organizações e individualmente examinando uma série de alternativas disponíveis, baseando-se nas regras e experiências de que dispõem e escolhem as soluções que lhes parecem adequadas para o problema, ou seja, a solução que satisfaz mais do que procuram a solução óptima. O percurso efectuado através dos instrumentos de recolha, análise e discussão dos dados no campo como as entrevistas semiestruturadas previamente elaboradas apontaram que o pouco dinheiro que os beneficiários recebem do PSSB embora insuficiente, é usado para desenvolver diferentes actividades com vista a garantir a satisfação das necessidades mínimas das famílias. Assim, os beneficiários necessitam não só do incremento do subsídio, mas de técnicas básicas para melhor gestão do valor que recebem.

**Palavras-chave:** *Protecção Social em Moçambique; Programa Subsídio Social Básico, Gestão da renda dos beneficiários.*

## **Abstract**

The present research is subordinated to the theme Income Management Strategies of the beneficiaries of the Basic Social Subsidy Programme (PSSB) in the neighbourhood of Hulene "A" - Maputo City (2016-2020). The aim of this study was to analyse the income management strategies of the beneficiaries of the Basic Social Subsidy Programme in the city of Maputo. A qualitative research was carried out, since there was no concern with representativeness, but with deepening the analysis of the target groups on the theme. It had as theoretical support the decision theory of Herbert Simon and James G. March, who emphasize the idea that people develop their activities rationally in organizations and individually by examining a series of available alternatives, basing themselves on the rules and experiences available to them and choose the solutions that seem appropriate to the problem, i.e., the solution that satisfies more than seeking the optimal solution. The path taken through the instruments of data collection, analysis and discussion in the field such as the previously prepared semi-structured interviews pointed out that the little money that the beneficiaries receive from the PSSB although insufficient is used to develop different activities in order to ensure the satisfaction of the families' minimum needs. Thus, the beneficiaries need not only the increase in the subsidy, but also basic techniques for better management of the amount they receive.

**Keywords:** Social Protection in Mozambique; Basic Social Subsidy Program, Beneficiaries' income management.

## **Lista de Siglas/Abreviaturas e Figuras**

ENSSB – Estratégia Nacional de Segurança Social Básica

OMS – Organização Mundial da Saúde

OSC – Organizações da Sociedade Civil

INAS – Instituto Nacional de Acção Social

MGCAS – Ministério do Género Criança e da Acção Social

PSA – Programa Subsidio de Alimento

PSSB – Programa Subsidio Social Básico

SDGCAS – Serviços Distritais de Género Criança e Acção Social

SDSMAS – Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social

## **Lista de Figuras e Tabelas**

### **Figuras**

1. Vulnerabilidade a riscos segundo as etapas do ciclo da vida
2. Mapa do bairro de Hulene “A”
3. Organograma do Bairro Hulene “A”

### **Tabelas**

1. Quadro Comparativo dos Valores das Transferências Sociais Monetárias por Tempo Indeterminado do PSSB, 2017-2018.
2. Quadro Representativo dos Beneficiários do PSSB no bairro de Hulene “A” e suas respectivas rendas mensais provenientes das transferências sociais.

## Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	i
DEDICATÓRIA .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Lista de Siglas/Abreviaturas e Figuras .....	vi
Lista de Figuras e Tabelas .....	vii
Introdução .....	1
Problema de Pesquisa .....	1
Hipóteses .....	3
Justificativa .....	3
Objectivos .....	4
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA, ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO .....	6
1. Pobreza e Programas de Transferências de Renda em Moçambique .....	6
1.2. Perfil de Vulnerabilidade e Riscos e o seu Enquadramento legal em Moçambique .....	7
1.3. Importância da Protecção Social na Prática Profissional do Serviço Social .....	10
2. Enquadramento Conceptual .....	10
3. Enquadramento Teórico .....	14
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO .....	15
2.1. Capacitações Sobre Estratégias de Gestão da Renda .....	15
2.2. Capacitação sobre Habilidade para a Vida .....	16
2.3. Incentivar os Beneficiários a Pertencer aos Grupos de Poupança na Comunidade .....	16
3. Advocacia e <i>Loby</i> .....	17

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA .....	19
3.1. Método de Abordagem e de Procedimento .....	19
3.2. População/universo e Amostra do Estudo.....	19
3.3. Técnicas de Recolha de dados .....	19
3.4. Constrangimentos da Pesquisa de Campo.....	20
3.5. Questões Éticas Observadas na Pesquisa .....	21
4. Breve Contexto do Bairro Hulene “A” .....	21
4.1. Historial do Bairro.....	23
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO ...	27
4.1. Actividades Desenvolvidas pelos Beneficiários do PSSB a partir da Renda Proveniente das Transferências Sociais Monetárias por Tempo Indeterminado.....	28
4.2. Discussão dos Resultados de Campo .....	30
4.3. A Relevância do PSSB na Óptica dos Beneficiários.....	30
4.4. O Combate a Pobreza à partir das Transferências Sociais Monetárias .....	31
4.5. Como os Beneficiários do PSSB Gerem sua Renda com vista a Garantia do Bem-estar Familiar .....	31
5. Conclusão.....	33
5.1. Sugestões .....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	35
Apêndices .....	38

## **Introdução**

A presente pesquisa científica é subordinada ao tema, estratégias de gestão da renda dos beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) no bairro de Hulene “A”, cidade de Maputo (2016-2020).

As transferências de renda as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade a partir do PSSB é uma medida sociopolítica que visa dar maior atenção as pessoas pobres e vulneráveis, combater a pobreza e exclusão. Considera-se, também, como mecanismo de elevação do padrão de vida dos cidadãos e a dinamização da economia local dos bairros onde estão inseridos os beneficiários.

Desde a sua génese, os programas de protecção social são estabelecidos como um conjunto concreto de intervenções políticas para reduzir a pobreza, a vulnerabilidade e a desigualdade e promover o crescimento económico inclusivo. (UNICEF, 2018).

O programa subsídio social básico (PSSB) enquadra-se nos programas de protecção social básica que está sob responsabilidade do Ministério de Género, Criança e da Acção Social (MGCAS) e tem como braço executor o Instituto Nacional de Acção Social (INAS). O programa vem sendo implementado desde 1993 e era designado por Programa Subsídio de Alimentos (PSA), cujo grupo-alvo é todo indivíduo inserido em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, chefiados por membros incapacitados para o trabalho, tais como pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crónicas e degenerativas, que não tenham outros membros do agregado familiar com capacidade para o trabalho, visando atenuar a situação de privação dos indivíduos que se encontram em situação de dificuldades (MMAS<sup>1</sup>, 2013).

## **Problema de Pesquisa**

Moçambique é considerado como um dos países mais pobres do mundo, segundo o relatório de desenvolvimento humano que avaliou um total de 187 países. Para fazer face a este cenário o país desenvolveu estratégias e políticas para travar os efeitos deste fenómeno, sendo uma delas a

---

<sup>1</sup> Esta instituição sofreu muitas mudanças de nome, actualmente denomina-se Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS).

introdução do Programa Subsídio Social Básico que se materializa através da transferência de renda às famílias que mais necessitam seguindo critérios bem específicos (PNUD, 2014).

O sector denominado “Acção Social” compreende as acções que estão sob a responsabilidade das seguintes instituições: Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e suas respectivas Direcções Provinciais e Distritais; Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e suas (30) Delegações; a definição do sector vem sofrendo algumas mudanças ao longo dos últimos anos, o que trouxe algumas melhorias e também, alguns desafios (UNICEF, 2018).

Em 2013, o documento “Metodologia para o Cálculo das Despesas Prioritárias”, elaborado pela Direcção Nacional da Planificação e Orçamento (DNPO) trouxe mudanças importantes em termos de clareza quanto à definição da alocação para a Acção Social onde esclarece que a despesa dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) é considerada dentro do Sector da Saúde. A alocação para cobrir as despesas com os programas de Protecção Social Básica aumentou ligeiramente em termos nominais quando comparada com a alocação dos anos anteriores mesmo tendo em conta que o apoio externo, que já era pouco significativo nos anos anteriores, desapareceu completamente. Assim, o sector da Acção Social é actualmente financiado integralmente por recursos domésticos (UNICEF, 2018).

A avaliação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB 2010-2014) constatou que verificam-se avanços da segurança social básica no país, no que diz respeito ao aumento de beneficiários de 254.000 em 2010, para 427.000 em 2014; do valor das transferências sociais em 300% entre 2007 e 2014, da despesa pública com os programas de acção social, de 0,22% do PIB em 2010, para 0,51% em 2014. Entretanto, essas mudanças positivas não se verificam de forma real na vida dos beneficiários do programa subsídio social básico.

A literatura avança que os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza e exclusão, contudo, argumenta-se que esses programas são ineficazes em função de grande parte dos recursos não serem destinados verdadeiramente aos pobres que necessitam ou porque geram o fenómeno denominado de armadilha da pobreza onde, por exemplo, afirma-se que as transferências de renda governamentais podem desmotivar os indivíduos pobres a procurar emprego ou a qualificação profissional tornando-os dependentes dessas transferências. Assim, por um lado, muitas famílias

se acomodariam na pobreza para continuar a receber os benefícios sociais. Por outro lado, considera-se que o valor atribuído as famílias é pouco para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos considerados pobres ou em situação de vulnerabilidade (Quive, 2005; IESE, 2009; Francisco 2009).

Neste sentido, todos esforços em termos de estratégias sociopolíticas para a transferência de renda as famílias mais necessitadas, as desigualdades económicas em Moçambique tendem a se acentuar cada vez mais. E, com a crise constante que o país vive, as famílias em situação de vulnerabilidade e renda baixa ou que dependem de subsídios para a sua sobrevivência sentem-se cada vez mais necessitadas. Partindo desse referencial problemático levantamos a seguinte pergunta de partida: *como os beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) gerem sua renda proveniente das transferências sociais monetárias com vista a garantir o bem-estar da sua família?*

### **Hipóteses**

**H<sub>1</sub>** – Os beneficiários do programa subsídio social básico (PSSB) têm diferentes estratégias de gestão da renda e aplicam para garantir o bem-estar da família;

**H<sub>2</sub>** – A utilização da renda proveniente do PSSB com vista a garantir o bem-estar da família depende do valor das transferências sociais monetárias atribuídas aos beneficiários.

Relativamente a metodologia do estudo, importa referir que, a pesquisa é de natureza qualitativa, método de abordagem indutivo e método de procedimento monográfico ou estudo de caso. As técnicas de colecta de dados foram a observação, revisão bibliográfica, análise documental e as entrevistas semiestruturadas. A população ou universo do nosso estudo foram os beneficiários do programa subsídio social básico do bairro de Hulene “A” (08). A amostra utilizada foi de acessibilidade ou por conveniência.

### **Justificativa**

O presente estudo surge da necessidade de analisar as estratégias de gestão da renda dos beneficiários do PSSB, bem como, a sua pertinência para o desenvolvimento económico, humano, social, da família e da comunidade. Sendo o PSSB o maior programa de transferência de renda a nível, nacional torna-se útil um estudo apurado das estratégias de sobrevivência dos beneficiários, visto que, são transferidas somas irrisórias de dinheiro para o seu uso. Assim,

captar a relevância do valor que estes beneficiários recebem é uma grande oportunidade de compreender quais os mínimos de transferência de subsídio que satisfazem as necessidades deste grupo e, sobretudo, o impacto que o PSSB tem na vida dos beneficiários tendo em conta os seus pontos de vista.

A escolha do local de estudo foi intencional pelas seguintes razões: por um lado, a facilidade de acesso ao local (localização geográfica), as suas características estruturais, o seu nível de organização e, por último, a facilidade de contacto com os principais intervenientes do estudo no âmbito do estágio académico realizado nos Serviços Distritais de Género, Criança e Acção Social – Kamavota, que constitui órgão responsável pela provisão ou implementação do PSSB no bairro destacado para o estudo. Por outro lado, o estudo trará mais um contributo para as ciências sociais e humanas no que concerne à análise do fenómeno e perspectivar uma gestão eficaz e eficiente de recursos financeiros advindos de programas de transferências sociais como o PSSB.

Importa referir que, não se pode falar do desenvolvimento económico, humano, político, social e cultural sem ter em conta a protecção social, pela importância que tem na manutenção do padrão de vida das pessoas e para satisfação das necessidades básicas das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade. Desta maneira, nota-se a relevância da temática para a sociedade como um todo.

## **Objectivos**

### **Geral**

- ✓ Analisar as estratégias de gestão da renda dos beneficiários do Programa Subsídio Social Básico no bairro de Hulene “A”.

### **Específicos**

- ✓ Identificar os beneficiários e o valor que recebem mensalmente do programa subsídio social básico (PSSB);
- ✓ Descrever as estratégias de gestão da renda proveniente do PSSB por parte dos beneficiários;
- ✓ Relacionar as estratégias de gestão da renda dos beneficiários do PSSB com o desenvolvimento das suas famílias.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: na primeira secção apresentamos a introdução do trabalho onde consta o tema, o problema, as hipóteses, os objectivos e a justificativa; no capítulo 1 apresenta-se o enquadramento teórico e conceptual sobre a temática. No capítulo 2 construímos o plano de intervenção, onde descrevemos as acções ressaltando problemas e objectivos a serem alcançados com critérios de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido. No capítulo 3 fez-se arrolamento sobre a metodologia indicando o tipo de pesquisa, método de abordagem e procedimento, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, o grupo-alvo, os procedimentos de aplicação dos instrumentos, o local e as questões éticas de pesquisa; no capítulo 4 demonstramos os resultados do trabalho de campo, descrevendo de modo objectivo e factual os resultados obtidos, discutimos e/ou analisamos os resultados, efectivou-se a relação entre a literatura e os resultados obtidos; na secção seguinte fazemos a conclusão e colocamos as sugestões e, por fim as referências bibliográficas assim como, os apêndices e anexos.

## **CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA, ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO**

Nesta secção, apresentamos e discutimos as diferentes abordagens da literatura sobre o nosso objecto de estudo, os principais conceitos e as teorias que facilitaram a compreensão da temática.

### **1. Pobreza e Programas de Transferências de Renda em Moçambique**

Pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, podendo ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades humanas não são observadas de forma apropriada. Existe na literatura muitas discussões em torno da verba das linhas de carências e pobreza, mesmo assim, muitos estudiosos concordam que se existe uma disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias, tais linhas devem ter como base o consumo observado por elas.

Em Moçambique e no mundo, refere-se que os programas de assistência social à população necessitada são geradores de maior impacto económico e positivo aos cidadãos carentes, contudo, evidências empíricas mostrarem que nem sempre isso ocorre. Acredita-se que o ideal seria que tais programas viessem seguidos de cursos de capacitação, com o intuito de romper o ciclo de dependência do beneficiário em relação aos programas de transferência de renda como aponta (Campelo et all, 2011).

O crescimento das transferências do Estado para os carenciados pode tirar a iniciativa dos pobres de procurar emprego e os tornar dependentes dessas transferências de programas governamentais. Assim, muitas famílias optam continuar na pobreza para receber esses benefícios sociais. Embora este fenómeno não seja tão linear, pode se notar que a pobreza é proveniente das desigualdades sociais quando se leva em consideração o rendimento da população e a efectivação dos direitos humanos. Refira-se que a pobreza pode ser diminuída tanto pelo crescimento da renda dos cidadãos como pela melhoria na sua distribuição ou ainda, garantir a diminuição da desigualdade da renda no país (Rector e Lauder, 1995).

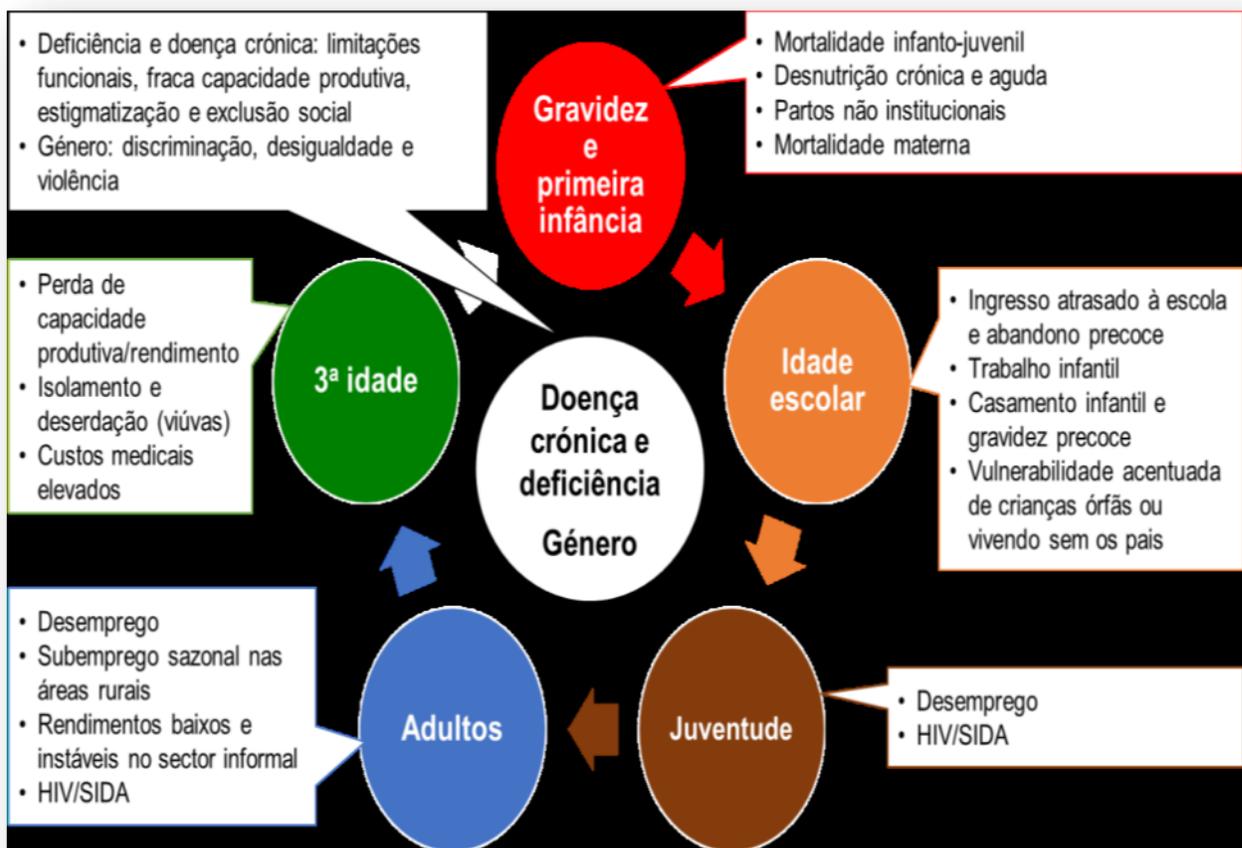
Ao longo da história de prestação de serviços sociais as famílias carenciadas, os programas de transferência de renda dos governos são alvo de muita discussão. Constituem principais argumentos desses debates: a diminuição do incentivo ao trabalho; o aumento do incentivo à

divisão das famílias; o reforço do espírito de dependência dos beneficiários em relação ao governo (Carvalho, 2006).

## 1.2. Perfil de Vulnerabilidade e Riscos e o seu Enquadramento legal em Moçambique

De acordo com os dados dos inquéritos nacionais aos agregados familiares, os principais riscos que as diferentes categorias da população moçambicana são, particularmente, vulneráveis. Encontram-se em dois níveis: o do indivíduo e o do agregado familiar.

**Figura 1:** Vulnerabilidade à riscos segundo as etapas do ciclo da vida



**Fonte:** ENSSB (2016)

Diante da figura 1, pode-se constatar que a análise ao nível do indivíduo segue as diferentes etapas do ciclo da vida, tomando também em conta as dimensões de saúde, nomeadamente, a presença de deficiências ou doenças crónicas que limitam a capacidade funcional do indivíduo e as relações de género que acentuam a vulnerabilidade das mulheres.

A Constituição da República de Moçambique (2018) e a respectiva revisão pontual, lei n.º 1/2018 de 12 de Junho, nos seus artigos 35, 88, 89, 91 e 95, estabelece que todos os cidadãos têm direito à educação, à saúde e à habitação sem qualquer tipo de discriminação, assim como à protecção na incapacidade e na velhice. Nesta ordem de ideias, conjuga-se, também, com a Lei no 4/2007, de 7 de Fevereiro, que define as bases em que assenta a protecção social e organiza o respectivo sistema. No artigo 6 desta Lei, estabelece o direito à protecção social para os cidadãos independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, profissão ou estado civil dos pais. Como não bastasse, o Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica, aprovado pelo Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro, define o quadro para a expansão da protecção social para as pessoas vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Importa referir que, através de importantes instrumentos internacionais como: a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Carta dos Direitos Sociais da SADC, a Recomendação 202 da Organização Internacional do Trabalho sobre Pisos Nacionais de Protecção Social e, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pelas Nações Unidas, Moçambique assumiu a responsabilidade de estabelecer um sistema de protecção social para as camadas mais vulneráveis da população (MGCAS, 2018).

Actualmente, o maior programa de protecção social em Moçambique é o Programa Subsídio Social Básico (PSSB) que, dá transferências monetárias mensais para mais de 370.000 agregados familiares avaliadas como tendo “incapacidade permanente para o trabalho”, Dos quais, 93 por cento são agregados familiares vivendo com ou liderados por pessoas idosas. Recentemente, Moçambique deu passos importantes para expandir a cobertura da protecção social, incluindo o aumento da alocação orçamental e aprovação da nova Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016.

A Selecção e registo dos beneficiários<sup>2</sup> do PSSB têm critérios de elegibilidade rígidos baseados na incapacidade para o trabalho e para geração de renda, estado de saúde, idade, nacionalidade e residência. Os agregados familiares elegíveis para o PSSB são identificados pelo Permanente –

---

<sup>2</sup>Política de Acção Social e Estratégia de Implementação. Resolução n.º 46/2017 de 2 de Novembro. In: Boletim da República de Moçambique, I Série – Número 171.

um membro da comunidade seleccionado oficialmente para trabalhar como uma pessoa de ligação entre a comunidade e o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), instituição governamental responsável pela implementação do PSSB. O Permanente faz chegar os dados sobre os agregados familiares ao INAS que, por sua vez, faz a verificação da elegibilidade administrando um simples teste de vulnerabilidade. Depois os beneficiários são colocados numa das cinco possíveis escalas de pagamento e recebem entre 310Mts e 610Mts, valores que vigoraram até princípios do terceiro trimestre de 2018.

Todavia, os valores foram acrescentados para cada escala ao abrigo do decreto 59/2018 de 06 de Setembro aprovado pelo Conselho de Ministros e revoga o Decreto nº 10/2015, de 8 de Junho. Os subsídios variam entre 540Mts e 1000Mts, dependendo do tamanho do agregado familiar. As transferências dos valores começaram a ser efectuadas aos beneficiários a partir do mês de Setembro de 2018 (MGCAS, 2018).

Em Moçambique, apenas 12% das pessoas idosas com 60 anos ou mais recebem pensões, através do sistema de protecção social contributiva segundo refere a ENSSB (2016). Por um lado, as viúvas têm perdido a herança depois do falecimento do marido, aumentando os riscos de pobreza e a vulnerabilidade nesta categoria da população devido a diferentes factores sociais e culturais. Por outro lado, a deficiência, a falta de capacidade funcional e a doença crónica são outros factores de Vulnerabilidade que limitam o acesso à educação e ao emprego e que conduzem à uma situação de marginalização social.

A mesma estratégia constata que a maioria das pessoas com deficiência em Moçambique vive nas áreas rurais, em famílias pobres e sem acesso a serviços especializados ou a subsídios de compensação. A presença de uma pessoa com deficiência ou doença crónica incapacitada numa família traz consequências financeiras para o agregado familiar em termos de custos para cuidados especiais, além de reduzir a capacidade de geração de rendimento. Destacam-se ainda as desigualdades nas relações de género que fragilizam a mulher e a rapariga, aumentando os riscos, sobretudo em relação à gravidez precoce, os casamentos prematuros, a violência baseada no género, a infecção pelo HIV, o acesso à herança e às oportunidades económicas (ENSSB, 2016).

### **1.3. Importância da Protecção Social na Prática Profissional do Serviço Social**

O Serviço Social tem como objecto de intervenção as várias manifestações da questão social. Por sua vez, a protecção social vislumbra-se como um mecanismo ou política pública concebida para garantir a manutenção do padrão de vida das pessoas e a satisfação das necessidades básicas das pessoas mais necessitadas, possibilitando-os uma ascensão positiva. Assim, tanto o Serviço Social e a Protecção Social estão preocupados e dispostos a contribuir para a resolução de aspectos ligados a questão social decorrentes do quotidiano, dilemas derivados de várias eventualidades e infortúnios que acabam criando um grupo de indivíduos que necessitam de intervenção das políticas sociais. Daí a relevância da protecção social para os Assistentes Sociais na medida em que, são eles os combatentes de garra das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Que tem sua génese no carácter colectivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria actividade humana, o trabalho das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos como aponta (Iamamoto, 2001).

## **2. Enquadramento Conceptual**

Nesta secção, apresentar-se-ão conceitos como: Protecção Social, Acção Social, Desenvolvimento e Gestão de Renda. Serão também apresentados outros conceitos que se mostrarem relevantes para o estudo.

### **2.1. O Conceito de Protecção Social e o da Acção Social**

O Serviço Social, desde as suas origens, é parte integrante de processos educadores que incluem experiência dos estados de consciência, voltados para a protecção social. Sendo esta uma regularidade histórica de longa duração, em seu processo de continuidade e rupturas, revela muitos significados na vida humana. E foi da protecção social que os assistentes sociais sempre se ocuparam, o que demarca seu campo profissional como afirma (Iamamoto, 2012).

Segundo a Lei nº 4/2007, de 7 de Fevereiro, define a Protecção Social como sendo:

Um conjunto de medidas visando atenuar, na medida das condições económicas do país, as situações de pobreza absoluta das populações, garantir a subsistência dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, bem como dos familiares

sobreviventes em casos de morte dos referidos trabalhadores e conferir condições suplementares de sobrevivência” (INM, 2007).

De referir que a protecção social não é um assunto meramente exclusivo do Serviço Social, ela é vista de perspectivas diferentes que podemos enquadrar nas seguintes dimensões de conceituação: dimensão compensatória, de riscos sociais, sociabilidade, solidariedade, liberdade negativa e liberdade positiva entre outras. Esta última por exemplo é defendida por Francisco (2009), onde considera que a liberdade negativa – o conjunto de direitos pessoais e de propriedade para todos cidadãos (Protecção Social Ampla) e a liberdade positiva – o conjunto de direitos sociais restritos para grupos carenciados e vulneráveis através serviços públicos de segurança social a trabalhadores (protecção social restritiva).

De acordo com a Política de Acção Social de Moçambique (2017)<sup>3</sup>, Acção Social é a intervenção organizada, metódica e integrada visando garantir assistência social e outro tipo social a indivíduos, grupos sociais e famílias em situação de pobreza, de modo a melhorar as suas condições de vida e se tornarem aptos a participar no desenvolvimento global do país, em pleno gozo dos seus direitos sociais básicos. A Política da Acção Social é o conjunto de princípios e de acções de instituições públicas e privadas na provisão de assistência social a indivíduos, populações e grupos sociais, em situação de pobreza e exclusão social, tendo em vista garantir o desenvolvimento harmonioso e integral de todos aqueles que não o conseguem pelos próprios meios

A partir dos conceitos acima destacados, pode-se inferir que tanto a protecção social e a acção social têm foco nos indivíduos e agregados familiares em situação de vulnerabilidade ou risco social, contudo, a protecção social é mais ampla e abrange pessoas com renda media e alta no sentido de garantir a ascensão positiva e a manutenção do padrão de vida. Nesta senda, Francisco (2009), classifica a protecção social em duas dimensões distintas: 1 – Liberdade Negativa (Protecção Social Ampla) que se destina a todos os cidadãos sem focalizar nenhum segmento social, ou seja, incide mais sobre a renda com vista a desanuviar o ónus das pessoas e a manutenção do padrão de vida; 2 – Liberdade Positiva (Protecção Social Restrita) que se refere a satisfação das necessidades básicas e focalizada, ou seja, incide nos grupos sociais específicos abrangendo múltiplos mecanismos, iniciativas e acções de mitigação ou socorro a grupos

---

<sup>3</sup> Política de Acção Social e Estratégia de Implementação. Resolução nº 46/2017 de 2 de Novembro. In: Boletim da República de Moçambique, I Série – Número 171.

particulares; grupos carenciados e vulneráveis; grupos profissionais (sindicatos), serviços de segurança social, públicos e privados, em benefício de certos trabalhadores, assalariados ou por conta própria.

Importa referir que o Programa Subsídio Social Básico (PSSB) – é a transferência condicional de renda criado em 1990, com a designação de PSA, sendo o principal programa de “protecção social básica” do Governo de Moçambique em termos de abrangência e carácter contínuo de transferência de renda para famílias consideradas pobres. A quando da sua criação tinha como pressuposto, assistir a população mais vulnerável. A gestão e implementação do programa estão sob responsabilidade do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), cujo braço executor é o Instituto Nacional da Acção Social (INAS), que se subordina ao MGCAS. Constituem grupos alvo do PSSB: Idosos em situação de vulnerabilidade; Pessoa com Deficiência; Doente Crónico; Mulheres Grávidas Malnutridas e Crianças Chefes de Agregados Familiares.

### **2.3. O Conceito de Desenvolvimento e de Gestão**

De acordo com Maússe (2009), o desenvolvimento é um processo de mudança social na medida em que se observa no seu decorrer, transformações inéditas e irreversíveis em todos os demais elementos do contexto social e instaura-se numa região. O objectivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permite usufruir uma vida longa, saudável e criativa, portanto, o desenvolvimento é visto como processo de alargamento das escolhas. Para Oliveira & Barden (2015) desenvolvimento é uma mudança, ou conjunto de mudanças, uma situação conducente a uma nova situação existente, mas de acordo com as metas, objectivos e alvos de indivíduos ou grupos numa sociedade, num ponto específico. Por outras palavras, significa a mudança de uma situação para outra mais satisfatória.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu universalmente esse novo conceito sobre o desenvolvimento das nações: o desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um enfoque inovador que se apresenta como alternativa à visão mais tradicional e estritamente económica. Essa abordagem põe uma agenda diferente para os organismos internacionais, os governos, a sociedade civil e também para os agentes do mercado. E passa a ser também um sinalizador para as políticas públicas e um convite a uma acção

efectivamente voltada para a transformação do padrão de vida dos povos e para a superação da pobreza e das desigualdades sociais (PNUD, 2014).

Contudo, na mesma década, o universalismo do desenvolvimento é questionado e desafiado a imposição de realidades tão diversas de normas e técnicas uniformes e universalizantes e nega-se a sua legitimação independentemente das suas dimensões sociais e culturais. Assim, surgem novos temas como participação, governação local, descentralização, emergência da sociedade civil, capital social, que apesar de origens distintas têm uma relação directa com aspectos culturais, sociais, políticos e institucionais para o Desenvolvimento (Milani, 2003).

Os conceitos acima expostos mostram sem margem de dúvida que o desenvolvimento é um processo dinâmico com vista ao melhoramento de todas condições da vida humana e das comunidades. Nesta ordem de ideias, todo indivíduo ou comunidade que aspira desenvolvimento deve considerar o progresso técnico, o crescimento económico, o homem e a sociedade, isto é, enquadrar a estratégia técnica-económica numa estratégia humana e social.

O conceito de Gestão pode ser entendido a partir de três perspectivas diferentes (Chiavenato,1982; e Grilo, 1996):

- i.** Como uma maneira de utilizar os diversos recursos organizacionais tais como: humanos, materiais, financeiros, de informação e tecnologias para alcançar objectivos e atingir elevado desempenho;
- ii.** Como um processo de planejar, organizar, dirigir, e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objectivos de maneira eficiente e eficaz;
- iii.** Como a coordenação dos esforços das pessoas e os recursos de uma organização com vista a assegurar a sua sobrevivência e a sua prosperidade

Neste contexto, os autores acima consideram que a medida para uma boa gestão é feita com base na produtividade, que por sua vez, corresponde a quantidade de outputs (produtos) por unidade de um ou mais *inputs* (pessoas ou recursos).

### **3. Enquadramento Teórico**

Nesta secção, far-se-á referência do enquadramento teórico, para tal, o grupo de pesquisa adaptou a Teoria da Decisão como sendo fundamental e apropriada para a compreensão da temática.

#### **3.1. Teoria da Decisão**

Considerado o “pai da moderna teoria de gestão” Henry Fayol é o fundador da escola clássica de gestão, não por ter sido o primeiro a investigar o comportamento dos gestores, mas por ter sido o primeiro a sistematizá-lo, ao escrever o seu célebre livro a “Teoria Geral da Administração em 1916” (Grilo, 1996).

A Teoria da Decisão deveu-se, sobretudo, a Herbert Simon e James G. March, que enfatizam a ideia de que as pessoas desenvolvem a sua actividade racionalmente em organizações e individualmente. Este modelo teórico sugere que os indivíduos tomam decisões examinando uma série limitada de alternativas disponíveis, não avaliando a totalidade das opções disponíveis. Por um lado, indivíduos tomam as decisões baseando-se nas regras e experiências de que dispõem, por outro lado, escolhem as soluções que lhes parecem adequadas para o problema, ou seja, a solução que satisfaz mais do que procuram a solução óptima (Chiavenato, 1982 e Grilo, 1996).

#### **3.2. Pertinência da Teoria de Decisão**

A aplicação dos conhecimentos proporcionados pelo desenvolvimento da teoria de gestão atrás referida e enquadradas na perspectiva da temática abordada no presente estudo representa um grande passo para a tomada de decisão no que concerne por um lado, aos provedores das transferências sociais monetárias relativamente aos valores tendo em conta as necessidades actuais dos beneficiários e por outro lado, a tomada de decisão por parte dos beneficiários no que tange a gestão dos valores que se mostram insuficientes para satisfação das necessidades básicas dos seus agregados familiares – procurando assim, respostas ou soluções para o problema no seu meio, respectivamente nas relações humanas, práticas empreendedoras, negócios dinâmicas de gestão em grupos, bem como o espírito de liderança proactivo que deve caracterizar os gestores e/ou beneficiários do PSSB.

## **CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO**

Nesta secção, expomos as principais acções, ou seja, as principais estratégias de intervenção social que serão implementadas com vista a resolução do problema levantado, incluindo as actividades, a periodicidade, o grupo alvo, os intervenientes e o local onde estas acções terão lugar.

Para Gil (2008), o plano de intervenção é um instrumento de trabalho dinâmico, que visa descrever acções ressaltando problemas e objectivos a serem alcançados com critérios de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido.

Importa realçar que esta etapa faz alusão as actividades por realizar, ou seja, que ainda não foram realizadas. Neste sentido, fez-se a descrição das actividades a serem realizadas após constatação do problema no campo de pesquisa.

### **2.1. Capacitações Sobre Estratégias de Gestão da Renda**

Como já referimos anteriormente, a Gestão pode ser entendida a partir de três perspectivas destacando-se o acto de administrar recursos, pessoas ou qualquer objecto com alguma finalidade, seja em benefício próprio ou de uma entidade (Chiavenato, 1982).

No contexto que arrolamos no nosso trabalho, propomos a ensinar os beneficiários do PSSB técnicas para melhor administrar o dinheiro proveniente das transferências sociais monetárias. Realçamos que no processo de aplicação prática não é tão linear como a teoria demonstra porque envolve sentimentos, emoções e o tipo de necessidade de cada família.

Partilhamos a seguir, algumas orientações técnicas que os beneficiários devem obedecer para melhor administrar os recursos disponíveis:

- i. Gastar menos do que recebe** – esta abordagem indica que o valor recebido deve ser usado para realizar pequenos investimentos. Assim sendo, é imperioso que haja organização e foco. Portanto deve-se calcular as contas fixas e pagar assim que o subsídio. Desta forma, o dinheiro que deve ser reservado para a poupança não será gasto com outra coisa, salvo algumas situações de emergência.
- ii. Resistir às compras por impulso** – este é um dos principais factores que atrapalham quem quer aprender a administrar o dinheiro. Não é fácil, mas é necessário que os

beneficiários se controlem quando quiserem comprar algo. Uma boa estratégia nesse sentido é planejar as compras e sempre adquirir o básico, aproveitando por exemplo as promoções de produtos e serviços.

- iii. **Registrar todos os custos** – anotar os custos é a melhor estratégia para acompanhar as finanças e controlar o dinheiro. Registrar a sua renda e todas as suas despesas mensais permite avaliar as movimentações e projectar o futuro.
- iv. **Aprender sobre educação financeira** – qualquer que seja a área, o conhecimento vai sempre gerar um valor incalculável. Assim sendo os beneficiários devem procurar apreender sempre como gerir as suas finanças. Quem aprende a administrar o dinheiro descobre que são diversas as alternativas de investimentos para fazer qualquer quantia render mais.

Definitivamente é possível economizar dinheiro ganhando pouco. Não é uma tarefa fácil, mas quando apreendida torna-se muito benéfica.

## **2.2. Capacitação sobre Habilidade para a Vida**

O conceito sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre habilidade para a vida indica que são: autoconhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, lidar com os sentimentos, lidar com o estresse, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e resolução de problemas (WHO, 1997).

Pela pertinência da temática na geração de mudanças na vida social das pessoas, nos propomos a capacitar todos os beneficiários do *PSSB* do bairro de Hulene “A” em matéria de habilidades para a vida no sentido de dota-los com uma série de habilidades aplicáveis em muitas situações e contextos diferentes, consideradas essenciais para se desenvolver actividades adequadamente na sociedade. Isso inclui algumas habilidades sociais, tomada de decisão ou resiliência.

## **2.3. Incentivar os Beneficiários a Pertencer aos Grupos de Poupança na Comunidade**

Os Grupos de Poupança<sup>4</sup> vulgarmente denominados “*grupos de Xitique*” são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros,

---

<sup>4</sup>Grupos de Poupança e Crédito em Moçambique. Disponível em <https://www.ruralmoc.gov.mz/attachments/article/27/GruposdePoupancaeCreditoRotativoemMocambique.pdf>. Acesso 30/09/2021.

particularmente presente nas famílias moçambicanas da zona sul de Moçambique. A denominação muda de acordo com o contexto e de abordagens culturais.

Por um lado o documento indica que a prática do *Xitique* nas comunidades surge da necessidade de criar uma alternativa para aceder aos serviços sociais primários como alimentação, habitação, escolarização dos grupos que desenvolvem as suas actividades no sector informal. Embora alguns autores considerem a prática como estando enquadrada nas actividades ilegais ou ilícitas, tem ajudado muitas famílias a suprir as suas necessidades básicas.

Por outro lado, refere que parte da população moçambicana, em especial as mulheres, recorre aos chamados sistemas informais de poupança e de ajuda mútua. Situação que acontece por diversas razões, dentre as quais, a incapacidade do Estado para disponibilizar serviços sociais básicos, não haver confiança nas instituições bancárias ao mesmo tempo que estas não existem em todo o país<sup>5</sup>. As práticas de ajuda mútua se mantêm no presente e constituem a base de sobrevivência de muitas famílias.

### **3. Advocacia e Lobby**

Em termos genéricos podemos considerar que advocacia é a expressão usada quando uma pessoa ou grupo faz uma defesa e argumenta em favor de uma causa pública, geralmente, relacionada ao bem comum e não a um grupo específico. Do mesmo modo que o *lobby*, é uma maneira de influenciar as decisões do governo sobre prestação de serviços. Assim sendo, os interesses que os motivam a agir estão voltados para o bem público e relacionados às políticas públicas e grandes causas sociais, como meio ambiente, saúde, educação, protecção social e direitos humanos (Dalpiaz, 2014).

O mesmo autor indica que advocacia é praticada principalmente, por entidades e instituições civis, como ONGs e movimentos sociais. As estratégias visam tentar influenciar de as decisões de forma indirecta, por intermédio da mobilização da opinião pública.

---

<sup>5</sup>Vicente (2007). *Como vencer a Pobreza e Desigualdade*. É a abordagem apresentada pelo autor no sentido de melhor argumentar sobre o processo de Advocacia e Lobby.

Neste sentido, nos propusemos a mobilizar as Organizações da Sociedade Civil (OSC) no sentido de fazer Advocacia e Lobby para aumento do valor do subsídio atribuído aos agregados familiares no PSSB em vigor no país. Igualmente, ao patrocínio das formações e capacitações que entendemos serem necessárias apoiar as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade.

## CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos usados para analisar a temática estratégias de gestão da renda dos beneficiários do programa subsídio social básico (PSSB) no bairro de Hulene “A”.

### 3.1. Método de Abordagem e de Procedimento

Tratando-se de uma pesquisa do tipo qualitativa que estuda aspectos subjectivos de fenómenos sociais e do comportamento humano. Os objectivos da nossa pesquisa encontram enquadramento no método de abordagem indutivo que segundo Gil (2008), parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de colecta de dados particulares. Segue-se a comparação com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenómenos. No que concerne ao procedimento, utilizamos o monográfico ou estudo de caso que consiste em estudar em primeiro lugar, os aspectos da vida económica e social dos beneficiários do PSSB do Bairro de Hulene “A” de forma a evitar a prematura dissociação dos elementos e respeitar a ‘totalidade solidária’ dos grupos (Lakatos e Marconi, 1996).

### 3.2. População/universo e Amostra do Estudo

A população ou universo do nosso estudo são os beneficiários do Programa Subsídio Social Básico do bairro de Hulene “A”. Portanto, a nossa amostragem será de **acessibilidade ou por conveniência** – em que selecciona-se os elementos a que se tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (Gil, 2008). Neste contexto, o nosso estudo contempla 08 beneficiários do PSSB a que tivemos acesso a partir da ajuda dos Serviços Distritais do Género, Criança e da Acção Social (SDGCAS) do distrito municipal-Kamavota que respondem pelo bairro.

### 3.3. Técnicas de Recolha de dados

No processo de colecta de dados recorreremos aos seguintes instrumentos técnicos apontados por Gil (2002); Lakatos e Marconi (1996).

- i. Pesquisa Bibliográfica** – consiste em explorar, “tudo que trata de obras divulgadas sobre um determinado assunto”. Pode-se dar maior ênfase aos aspectos estritamente ligados ao objecto de estudo.
- ii. Análise Documental** – analisou-se vários documentos para desvendar as situações sociais relacionadas com objecto do estudo. Esta técnica incidiu principalmente no quadro legal e programas de protecção social vigentes no país.
- iii. Observação** – consiste na colecta de dados através da utilização dos órgãos de sentido para obtenção de determinados aspectos da realidade.
- iv. Entrevista** – é um encontro entre duas pessoas ou mais, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Neste sentido administrou-se à técnica da entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas e fechadas considerando que a investigação é composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Com vista a proteger a identidade dos onze (08) beneficiários do PSSB entrevistados, acordou-se que os nomes não seriam mencionados na pesquisa e, em substituição, adoptamos nomes fictícios ou as iniciais do primeiro e último nome de cada entrevistado.

### **3.4. Constrangimentos da Pesquisa de Campo**

Os constrangimentos verificados têm a ver com a insuficiência de obras para uma abordagem mais aprofundada e consistente cientificamente sobre a temática. Os documentos mais comuns são instrumentos do governo e relatórios de organizações não-governamentais e da sociedade civil. Não obstante, no campo houve muito impedimento de âmbito burocrático para a recolha de dados partindo da própria administração do distrito municipal. Contudo, através de alguns contactos interpessoais foi possível aceder aos dados e aos principais intervenientes da pesquisa.

### **3.5. Questões Éticas Observadas na Pesquisa**

Partindo do pressuposto de que qualquer pesquisa envolvendo seres humanos deve atender às exigências éticas e científicas fundamentais, obedeceu-se a esse princípio observando os seguintes elementos apontados por (Araújo, 2003):

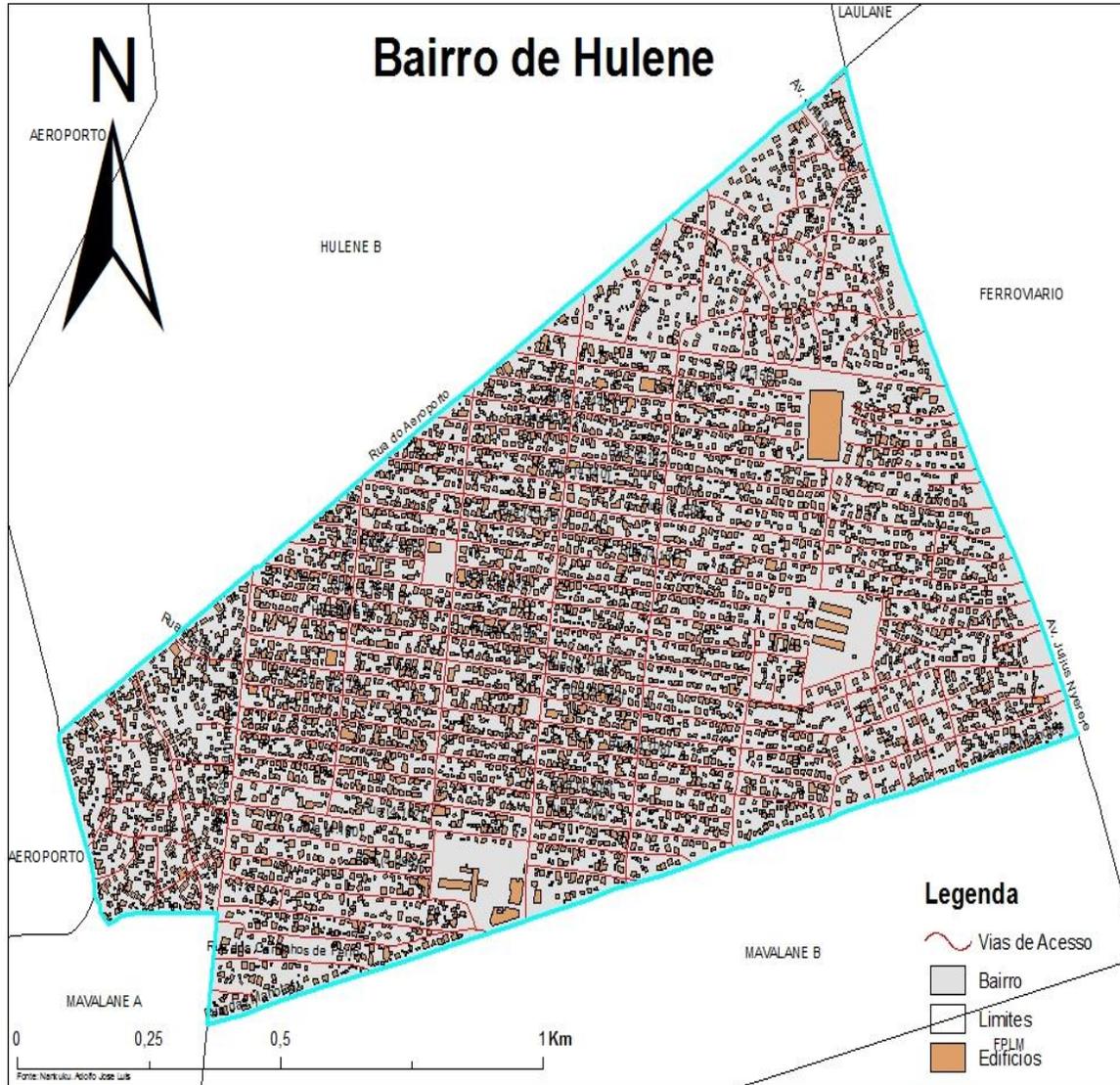
- Consentimento livre e informado dos grupos-alvo, tratamento com dignidade, respeito da sua autonomia e defesa em sua vulnerabilidade;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto actuais como potenciais, individuais ou colectivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantiu-se que danos previsíveis serão evitados;
- Explicou-se a relevância social da pesquisa, o que garantiu a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária ligados a justiça e equidade.

### **4. Breve Contexto do Bairro Hulene “A”**

Nesta secção, abordamos sobre o contexto do Bairro Hulene “A” olhando para todas as componentes que contribuem para garantir o bem-estar das famílias. Assim, informações referentes a esta parte do trabalho foram obtidas o *website* oficial do Município da Cidade de Maputo nos anos de 2016-2021.

O bairro de “Hulene A” localiza-se na cidade de Maputo, distrito municipal Kamavota, faz fronteira a Norte com o bairro de Hulene B (Rua da Beira) a Sul com o bairro das Mahotas (pela Rua das Mahotas) a Este com o bairro de Laulane (avenida Julios Nherere) e a Oeste com o bairro de Mavalane (Aeroporto internacional). A disposição das habitações obedeceu um planeamento oficial e seu respectivo parcelamento encontrando-se, portanto construções regulares com vias de acesso abertas. Porém, a partir da Av. Julius Nherere verifica-se uma ocupação desordenada, com vários becos que dão acesso ao interior da comunidade, conforme ilustra o mapa (CMCM, 2016).

**Figura 2:** Mapa do bairro de Hulene “A”



**Fonte:** (CMCM, 2016).

O bairro ocupa um espaço territorial de 1245 km<sup>2</sup>, possui um total de oitenta e um (81) quarteirões correspondentes ao mesmo número de chefes afectos a esses mesmos quarteirões. O bairro de Hulene “A” tem cerca de 28.240 habitantes<sup>6</sup>, dos quais 14.443 são do sexo masculino,

<sup>6</sup> INE, (2007-2016). De referir que não foi possível obter os dados do último censo realizado em 2017 porque os dados ainda não estavam disponíveis para consulta nos SDGCAS-Kamavota. E o anuário Estatístico da Cidade de Maputo produzido em 2020.

constituindo a maioria, e 13.797 do feminino e é composto por 4.768 agregados familiares com a variação de 2 a 10 pessoas por cada família, cuja maior parte dos agregados familiares é chefiada por homens.

#### **4.1. Historial do Bairro**

O nome "Hulene" é derivado de um capim conhecido por "Hula" que para se referir ao local a populaçãodizia ir a Hulene dando assim origem ao nome do bairro. No período colonial o bairro pertencia ao senhor Kocke<sup>7</sup> que cobrava anualmente 120 escudos por porção ocupada por cada indivíduo e englobava os bairros de Mavalane e Munhaissa<sup>8</sup>.

No entanto, em 1974 com a necessidade de se demarcar novos limites ao bairro, foi instituída uma brigada, que no âmbito dos trabalhos realizados foram retirados os bairros Mavalane e Munhaissa ficando apenas hulene que passou a se chamar Grupo Dinamizador do Bairro Comunal de hulene (CMCM, 2016).

Com orientação do comité Distrital em 1983 o bairro foi repartido em dois, sendo Hulene "A" e Hulene "B" separados pela Rua da Beira. Com o processo de descentralização que estava ocorrendo no País, houve necessidade de criação das autarquias passando, portanto, o bairro a se chamar Bairro Municipal de Hulene "A" e sob responsabilidade do distrito municipal Kamavota, a partir de 1998.

#### **4.2. Estrutura Administrativa**

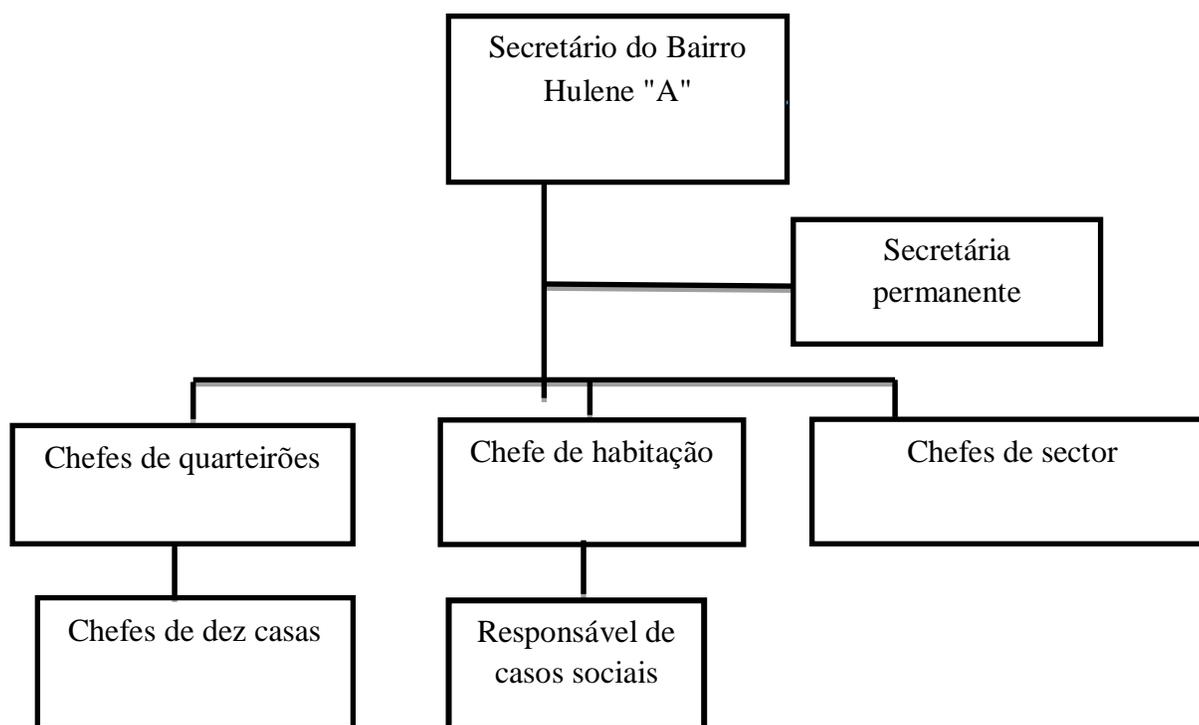
O Bairro funciona com um (01) Secretário do Bairro, 81 chefes de quarteirões, 405 responsáveis de 10 casas, conselho consultivo, uma (01) Presidente do conselho comunitário de segurança (Ccs), 03 chefes de sector do Bairro destes, 01 da PRM e 02 da Policia Municipal e uma (01) servente.

---

<sup>7</sup>Kocke era um colono português que explorava a Porção de terra conhecida por Hulene.

<sup>8</sup>Munhaissa é o nome tradicional do actual bairro de Malhazine.

**Figura 3:** Organograma do Bairro Hulene “A”



**Fonte:** Adaptado pela autora a partir dos dados obtidos na secretaria do bairro Hulene “A”, (2016).

### **4.3. Potencialidades do Bairro**

O Bairro possui algumas potencialidades para o desenvolvimento de actividades de natureza socioeconómicas tais como a feira de actividades económicas (mercado, estabelecimentos comerciais), existência de instituições religiosas, Escolas, Posto de Saúde, e um campo para prática de desporto e recreação.

### **4.4. Principais Problemas Existentes no Bairro nos Sectores da Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Transporte, Meio ambiente e Lazer (CMCM, 2016)**

#### **4.4.1. Área da Educação**

Possui uma distribuição desequilibrada de serviços de educação. A lotação das salas de aula ultrapassa os números recomendáveis. Havendo mesmo salas com mais de 60 alunos para as escolas primárias e acima de 50 alunos para a escola secundária do 1º nível. Falta de Escolas secundárias e pré-universitárias, superlotação em salas de aulas das escolas primárias.

#### **4.4.2. Área da Saúde**

Os serviços prestados pela única Unidade Sanitária são: Programa Alargado de Vacinação (PAV), Saúde Materno infantil (SMI) e Consultas. Deste modo, não responde com eficácia a demanda populacional, o que prediz a necessidade de ampliação dos serviços não só em termos de quantidade, mas em qualidade.

#### **4.4.3. Área da Segurança**

Verifica-se um elevado índice de criminalidade, falta de patrulhamento, exiguidade do efectivo policial do único posto existente.

#### **4.4.4. Área de Habitação**

Existe um misto de tipologias de habitações que varia do precário até aos padrões mais altos. O investimento na habitação tem sido um dos maiores esforços que os habitantes destas áreas têm realizado. Existe uma preocupação em melhorar a qualidade da habitação. Segundo o censo de 2007 existem sinais de evolução da qualidade habitacional, no que respeita ao tipo de material, tipo de cobertura e de pavimento a empregar.

#### **4.4.5. Área de Transporte**

Na área de transportes as dificuldades são gerais ao nível do município de Maputo. Todavia para o Bairro de Hulene “A” os problemas se agudizam por não possuir um terminal de transportes semiolectivos.

#### **4.4.6. Meio Ambiente e Saneamento**

A disposição do relevo irregular aliado a intensas actividades antropogénica que combinado com elevadas quedas pluviométricas, coloca algumas das áreas do Bairro como sendo de risco. Em algumas áreas do Bairro Hulene “A” ocorrem com frequência fenómenos de deslizamento de terras e de erosão. Em épocas chuvosas, algumas áreas ficam inundadas e frequente o bloqueio das vias de acesso. O outro problema tem sido da poluição sonora.

Maior parte dos moradores deposita o lixo em locais apropriados (contentores de lixo), onde é posteriormente recolhido pelo Conselho Municipal. Outros ainda, recorrem ao sistema arcaico, abrindo buracos nos quintais que tapam depois de encher ou queimam.

O saneamento das Águas negras é feito pela via das fossas sépticas. A drenagem das águas pluviais depende do escoamento superficial tanto pela infiltração no solo ou pelo escoamento para uma drenagem natural.

#### **4.4.7. Lazer**

O bairro tem apenas uma infra-estrutura para o desporto rei, contra com seis 6 grupos do desporto rei (futebol 11), o que aumenta a demanda do espaço para a prática desta e outras modalidades.

Há falta de espaços verdes e jardins infantis, assim como espaços para lazer.

Apesar de existir um grupo cultural multifacetado, este não encontra espaço para fazer seus ensaios, obrigando-se a usar as instalações onde funciona a secretaria do bairro.

#### **4.4.8. Principais Instituições Existentes no Bairro**

Actualmente o bairro de Hulene "A" conta com as seguintes instituições/organizações:

- Três escolas das quais, uma primária do primeiro grau (EP1), uma primária completa (EPC) e uma escola secundaria do primeiro nível, todas públicas;
- Três centros infantis/escolinhas, das quais duas privadas e uma pública;
- Um centro de alfabetização de adultos, que funciona nas instalações da EP1 Unidade 31;
- Um posto de saúde;
- Uma esquadra da PRM;
- 52 Igrejas de diversas congregações religiosas;
- Um campo de futebol denominado: Estádio Revolucionário de Hulene

## CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Nesta secção, apresentamos os resultados obtidos na pesquisa de natureza qualitativa realizada com os beneficiários do PSSB do bairro Hulene “A”, distrito municipal Kamavota – Cidade de Maputo.

Para a obtenção dos resultados de pesquisa, recorreremos ao método indutivo – corrente do raciocínio que cria conexão crescente do particular para o geral. No trabalho de campo, as estratégias utilizadas foram as observações e entrevistas realizadas durante o período em que o grupo de pesquisa estava colher dados com os grupos-alvo.

**Tabela 1:** Quadro Comparativo dos Valores das Transferências Sociais Monetárias por Tempo Indeterminado do PSSB, 2017-2018.

Descrição	Valores		Retroactivos de Setembro/2018
	Antigo	Actual	
Agregado Familiar com uma Pessoa	310Mts	540Mts	230
Agregado Familiar com duas Pessoas	390Mts	640Mts	250
Agregado Familiar com três Pessoas	460Mts	740Mts	280
Agregado Familiar com quatro Pessoas	530Mts	840Mts	310
Agregado Familiar com cinco Pessoas ou mais	610Mts	1000Mts	390

**Fonte:** (SDGCAS-Kamavota, 2018).

Importa referir que comparativamente ao ano de 2017 houve um aumento em cada escala como demonstra a tabela acima. Entretanto, o valor continua sendo insuficiente para satisfazer as necessidades básicas dos beneficiários.

**Tabela 2:** Quadro Representativo dos Beneficiários do PSSB no bairro de Hulene “A” e suas respectivas rendas mensais provenientes das transferências sociais.

Nome *	Idade	Sexo	Nº do Agregado Familiar **	Valor da Renda Mensal
i. Frederico	59	M	5	1000Mts

<b>ii.</b>	Amélia	63	F	5	1000Mts
<b>iii.</b>	Rodrigues	61	M	4	840Mts
<b>iv.</b>	Constância	47	F	3	740Mts
<b>v.</b>	Bernardo	64	M	2	640Mts
<b>vi.</b>	Silvana	33	F	5	1000Mts
<b>vii.</b>	Mariazinha	42	F	1	540Mts
<b>viii.</b>	Berta	52	F	1	540Mts

**Fonte:** Adaptado pelo autor com base nos dados fornecidos pelos beneficiários do PSSB, bairro Hulene “A” e comprovados nos Serviços Distritais do Género, Criança e da Acção Social (SDGCAS) – Kamavota, 2018.

- Tal como referido na metodologia, os nomes são fictícios.
- A transferência dos valores segundo os SDGCAS – Kamavota depende do número do Agregado Familiar (AF), onde o responsável do AF com mais de 5 membros recebe até 1000Mts e o AF de 1 membro recebe até 540Mts como demonstram as tabelas 1 e 2.

#### **4.1. Actividades Desenvolvidas pelos Beneficiários do PSSB a partir da Renda Proveniente das Transferências Sociais Monetárias por Tempo Indeterminado**

- i.** Frederico – que lidera um AF de 5 membros, afirma que com o dinheiro que recebe mensalmente do PSSB participa com a metade do valor num grupo de Xitique<sup>9</sup> de 5 pessoas e o restante do valor compra produtos alimentares para o dia – a – dia do AF. Contou ainda que com o dinheiro proveniente do Xitique aplica para compra de restos de madeira leve que lhe ajuda a fazer mesinhas que as senhoras colocam seus produtos para comercializar produtos ou instantes usados em algumas casas do bairro.

*“O dinheiro que ganho é pouco minhas filhas, não serve para nada, serve apenas para xitique e comer, só traz sofrimento...”* (Frederico, 59 anos).

<sup>9</sup> O Xitique é uma contribuição de carácter voluntário, rotativa de poupança dos membros que varia consoante os acordos estabelecidos em termos de Esta contribuição é feita geralmente por grupos de indivíduos que exercem a mesma actividade e nutrem uma certa confiança entre eles.

- ii. Amélia – que lidera um AF de 5 membros considera o valor atribuído pelo PSSB insuficiente para satisfazer as necessidades do AF, contudo, revelou-nos que usa parte desse dinheiro para fazer Xitique e negócios de produtos alimentares de primeira necessidade no quintal da sua casa como: óleo, açúcar, temperos, amendoim, alface entre outros como aponta o testemunho abaixo:

*“O dinheiro que recebemos não chega para fazer tudo, tenho meu cantinho em casa onde vendo coisas de comer (...), assim que não estou lá minha neta esta atender clientes e amanhã irei aumentar a mercadoria”* (Amélia, 63 anos).

- iii. Rodrigues – (que lidera um AF de 4 membros); Bernardo (que lidera um AF de 2 membros), dizem que não fazem mais nada com o valor atribuído pelo PSSB além de comprar alimentação para satisfazer as necessidades básicas da família sem especificar muitos detalhes. Segundo eles não há nada a fazer com o pouco dinheiro que ganham.

- iv. Constância – que lidera um AF de 3 membros, revelou a nossa equipa de pesquisa que aproveita o dinheiro do PSSB para satisfazer as necessidades básicas da família a partir da compra carvão vegetal e posterior revenda no seu bairro. Ela acredita que só assim poderão sobreviver durante um mês ou mais, dado que, segundo ela, o dinheiro das transferências por vezes demora um, dois ou três meses.

*“Minha filha, com esse pouco dinheiro só uso para fazer alguma coisa tipo negócio, assim tenho meu carvãozinho a venda no meu bairro... tenho que voltar logo porque essa hora tem muitos clientes, vocês podem vir comprar lá, ‘risos’”* (Constância, 47 anos).

- v. Silvana (que lidera um AF de 5 membros); Mariazinha (que vive sozinha); Berta (que vive sozinha) – relatou a nossa equipa de pesquisa que sentem-se bastante insatisfeitas com o valor atribuído pelo PSSB, contudo, encontraram uma estratégia eficaz para manter o dinheiro e garantir o mínimo para as suas famílias, exercendo o negócio de produtos alimentares de primeira necessidade nas suas casas com destaque para tomate,

cebola, coco, feijão, óleo, açúcar, temperos, amendoim, alface entre outros como aponta o testemunho abaixo por exemplo:

*“Com esse dinheiro, vou passar do mercado do Zimpeto para comprar alguns produtos e aumentar na minha mesinha de negócios lá em casa. Porque se eu usar apenas para comprar comida nem para arroz chega”* (Mariazinha, 42 anos).

#### **4.2. Discussão dos Resultados de Campo**

À luz dos objectivos propostos nesta monografia, procede-se a discussão dos resultados obtidos no campo a partir de 3 categorias estabelecidas para facilitar a compreensão designadamente:

- A relevância do PSSB na óptica dos beneficiários;
- O combate a pobreza a partir das transferências sociais monetárias
- Como os beneficiários do PSSB gerem ou aplicam sua renda com vista a garantia do bem-estar familiar

#### **4.3. A Relevância do PSSB na Óptica dos Beneficiários**

Os programas de transferência de renda em Moçambique como por exemplo o PSSB são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza. Entretanto, na óptica dos beneficiários entrevistados, constatou-se que o PSSB é ineficaz no combate a pobreza vivenciada por eles, na medida em que, os recursos financeiros oferecidos pelas transferências não são suficientes para satisfação de pelo menos, o mínimo das necessidades dos grupos-alvo considerados pobres ou em situação de vulnerabilidade.

Em uma outra análise, foi possível compreender a partir dos testemunhos dos entrevistados que o pouco dinheiro que recebem do PSSB embora insuficiente, é usado para desenvolver diferentes actividades com vista a garantir a satisfação das necessidades mínimas das famílias. Dentre as actividades destacam-se: a prática do Xitique e pequenos negócios de produtos de necessidades básicas na comunidade.

Neste contexto, o comportamento dos beneficiários enquadra-se perfeitamente na teoria da decisão de Herbert Simon e James G. March, que enfatizam a ideia de que as pessoas

desenvolvem suas actividades racionalmente em organizações e individualmente examinando uma série de alternativas disponíveis, baseando-se nas regras e experiências de que dispõem e escolhem as soluções que lhes parecem adequadas para o problema, ou seja, a solução que satisfaz mais do que procuram a solução óptima (Chiavenato, 1982 & Grilo, 1996).

#### **4.4. O Combate a Pobreza à partir das Transferências Sociais Monetárias**

Na contemporaneidade, os resultados das políticas de transferência de renda a partir do PSSB exercem influência sobre a dinâmica da pobreza em Moçambique. Mais ainda, quando os beneficiários utilizam o dinheiro para outros fins como o empreendedorismo e pequenos negócios.

Importa destacar que o efeito limitado das políticas de protecção social em Moçambique sugere que tanto o pequeno volume dos recursos transferidos para cada família quanto à má gestão dos programas seria também responsável pela baixa redução na pobreza no país. Por um lado, a repercussão dos programas de transferência de renda a partir de programas sociais a longo prazo se não forem instituídas políticas complementares de educação, habilidades para vida e de geração autónoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por esses programas aumentar à condição de pobreza com o seu término é muito alta, tendo em conta que as sociedades são dinâmicas e custo de vida em Moçambique tem aumentado a cada ano. Portanto, é imperioso considerar explicitamente a dinâmica temporal da pobreza, onde o quadro presente da pobreza exhibe tendência a se perpetuar no tempo ou de influenciar o quadro da pobreza no futuro (Campelo, et all 2011).

Neste sentido, a intervenção do Serviço Social mostrasse pertinente com vista a criar um ambiente em que todos indivíduos tenham acesso aos bens necessários para o desenvolvimento sustentável através do acesso a educação, saúde, segurança, habitação, transporte, lazer, entre aspectos necessários para satisfação das necessidades básicas humanas.

#### **4.5. Como os Beneficiários do PSSB Gerem sua Renda com vista a Garantia do Bem-estar Familiar**

Através da aplicação das técnicas de colecta de dados aos beneficiários do PSSB constatou-se que as principais estratégias utilizadas pelos chefes dos agregados familiares são:

- **Prática Rotineira de Xitique** – é bastante vigente na zona sul e centro de Moçambique e consiste numa contribuição de carácter voluntário, rotativa de poupança dos membros

que varia consoante os acordos estabelecidos em termos de periodicidade. Geralmente a contribuição é feita por grupos de indivíduos que exercem a mesma actividade e nutrem uma certa confiança entre eles. No entanto, os entrevistados que estão envolvidos nessa prática relataram que não exercem a mesma actividade com os restantes membros do grupo de Xitique (Quive,2005).

- **Prática de Pequenos Negócios na Comunidade** – de acordo com os relatos dos entrevistados, a materialização de pequenos negócios consiste em retirar um pouco do dinheiro advindo das transferências sociais monetárias do PSSB para adquirir alimentos de primeira necessidade em pequena quantidade e revender aos vizinhos e o resto da comunidade como forma de garantir a satisfação das necessidades mínimas das suas famílias e sobreviver durante um determinado período de tempo.

A partir das duas estratégias acima referidas que os beneficiários do PSSB aplicam para garantir a sobrevivência das suas famílias pode-se inferir que embora os valores não sejam suficientes para suprir as principais necessidades das famílias abrangidas, elas lutam mesmo com a escassez para garantir o básico e contribuir para o desenvolvimento familiar e da comunidade. Assim, enquadra-se na noção de desenvolvimento trazida por com Maússe (2009), segundo a qual é um processo de mudança social na medida em que se observa no seu decorrer, transformações inéditas e irreversíveis em todos os demais elementos do contexto social e instaura-se numa região. Mais ainda, enquadra-se numa das três perspectivas de gestão evidenciadas por Chiavenato (1982) e Grilo (1996), que tem a ver com a coordenação dos esforços das pessoas e os recursos de uma organização com vista a assegurar a sua sobrevivência e a sua prosperidade.

## **5. Conclusão**

A partir da aplicação dos instrumentos técnicos no campo, permitiu analisar que os programas de transferência de renda efectivados pelo PSSB são parte dos sistemas de protecção e assistência social governamental que envolvem transferência de recursos monetários a famílias, indivíduos ou comunidades na situação de vulnerabilidade, pobreza ou risco segundo critérios bem específicos e rígidos. O principal objectivo do PSSB é a diminuição da pobreza nos grupos alvo a longo prazo. No entanto, tal pretensão mostra-se ineficiente e ineficaz na medida em que a pobreza dos envolvidos persiste. De referir que, a pobreza dos mais necessitados pode ser reduzida, tanto pelo aumento significativo das transferências sociais monetárias, como pela melhoria na sua distribuição, critérios de elegibilidade e a introdução de políticas complementares de educação e de geração autónoma de renda por parte dos beneficiários.

A partir da discussão e análise dos dados confirma-se a primeira hipótese, segundo a qual, os beneficiários do programa subsídio social básico (PSSB) têm diferentes estratégias de gestão da renda e aplicam para garantir o bem-estar da família. Confirma-se também a segunda hipótese que, refere que, a utilização da renda proveniente do PSSB com vista a garantir o bem-estar da família depende do valor das transferências sociais monetárias atribuídas aos beneficiários, na medida em que, sem este valor, praticamente as famílias estariam relegadas à sua sorte na sociedade, embora os resultados de outras pesquisas arroladas no trabalho relacionadas com o PSSB demonstrarem que os programas de transferências de renda não contribuem significativamente como expectável na queda dos índices de pobreza no país.

Espera-se que, estudos sobre a temática tenham continuidade em todos os níveis, isto porque, conceberá muitas discussões e possíveis entendimentos que o tornam inesgotável no contexto do Serviço Social, Ciências Sociais, Humanas e naturais.

### **5.1. Sugestões**

As sugestões que são direccionadas tanto às entidades que garantem a concretização do PSSB (MGCAS, SDGCAS e INAS), quanto aos beneficiários do mesmo, visam dar visão a esses grupos e potencializar as estratégias que ele/as utilizam com fim de garantir a sobrevivência das famílias a partir do Programa Subsídio Social Básico.

**Sugestões às entidades responsáveis:**

- Garantir a participação dos beneficiários do PSSB nos processos decisórios de maneira consciente e activa, de modo a tornarem-se parte das soluções dos problemas;
- Efectuar um aumento anual no valor atribuído pelo PSSB tendo em conta as condições socioeconómicas do país;
- Tornar o PSSB mais abrangente às pessoas que realmente necessitam através de critérios simplificados e trabalho de base apurado nas comunidades e;
- Propor a introdução de políticas complementar de educação e de geração autónoma de renda por parte dos beneficiários do PSSB.

**Sugestões aos Beneficiários do PSSB:**

- Potencializar os mecanismos de gestão da renda provenientes do PSSB por eles adoptados e;
- Participar na concepção, gestão e usufruto dos resultados advindos do PSSB.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO LZS de (2003) *Aspectos éticos da pesquisa científica*. Pesqui-Odontol Bras. 17 (Supl 1):57-63.

CAMPELO, G. et al (2011). *Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil?* Rio de Janeiro.

Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) (2016). *Balanço do Plano de Actividades do III Trimestre de 2016*. Maputo.

CHIAVENATO, Idalberto. (1982). *Administração de Empresas*. McGraw – Hill.

DALPIAZ. *Lobby e Advocacy* (2014). *conheça as diferenças*. Floriano Center,

CARVALHO Jr, P. H. (2006). *Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciais de fortes impactos sociais –*, Brasília.

FRANCISCO, A. (2009). *MOÇAMBIQUE: Protecção social no contexto de um estado falido mas não falhado*. In: *protecção social em Moçambique: Abordagem, Desafios e Experiências para Moçambique*. IESE.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (2018). *Programa Conjunto das Nações Unidas para a Protecção Social em Moçambique 2017-2020*. Maputo: UNICEF.

GIL, A.C. (2008) *Métodos e Técnicas de pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Atlas,

\_\_\_\_\_ (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4.ed, São Paulo, Atlas.

GRILO, R. M. B. (1996). *A Teoria da Gestão e a Complexidade*. Évora: Universidade de Évora.

HelpAge International – (2015) *Protecção Social em Moçambique*. s/d. Disponível em [www.pension-watch.net](http://www.pension-watch.net). Acesso 15/04/2019.

IAMAMOTO, M. V. (2001). *A Questão Social no Capitalismo*, Temporalis, Brasília.

\_\_\_\_\_ (2011). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5 Ed. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_ (2012). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22. Ed. São Paulo: Cortez.

UNICEF, (2017). *Informe Orçamental da Acção Social*. Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007). *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: INE.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. (1996). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas,

\_\_\_\_\_ (2001) *Manual de investigação científica*, 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAÚSSE, M A (2009). *Pobreza, Participação e Desenvolvimento rural em Moçambique: estudo de caso na localidade de chijinguire*. Maputo.

MILANI, C. (2003). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento*. Brasília,

MINISTÉRIO DE GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL (2018) *Programas Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo e Acção Social produtiva*, Maputo.

Oliveira D. M. Barden J. E. (2015). *O que é Desenvolvimento?* Maranhão: UEM-C.

PNUD (2014). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 200). Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*.

QUIVE. SA (2005). *Sistemas Informais de Segurança Social em Moçambique*. In: *Saúde e Direitos Humanos*. Ano 3, nº 3, 2005. Brasília- DF.

RECTOR, R. & LAUDER, W. (1995) *Guerra Fracassada de US \$ 5,4 trilhões da América contra a Pobreza*. The Heritage Foundation, Washington DC.

Rural MOZ (2021). *Grupos de Poupança e Crédito em Moçambique*. Disponível em <https://www.ruralmoc.gov.mz/attachments/article/27/GruposdePoupancaeCreditoRotativoemMocambique.pdf>. Acesso 30/09/2021.

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (2007). *Lei nº 4/2007, de 7 de Fevereiro – Lei que estabelece e organiza o sistema de Protecção Social em Moçambique*: Boletim da República, série I, nr.6. INM.

Ministério do Género, Criança e Acção Social (2010). *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014*, Maputo.

\_\_\_\_\_ (2016) *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2016-2024*, Aprovada na 5ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros: Maputo.

\_\_\_\_\_ (2018). *Decreto nº 59/2018, de 06 de Setembro de 2018. Revisão dos valores dos subsídios dos programas Subsídio Social Básico Apoio Social Directo e*

*Acção Social Produtiva* e revoga o Decreto n.º 10/2015, de 8 de Junho. Maputo, Boletim da República - I Série n.º 179.

\_\_\_\_\_ (2017) *Política de Acção Social e Estratégia de Implementação. Resolução n.º 46/2017 de 2 de Novembro*. Maputo: Boletim da República – I Série – n.º 171.

\_\_\_\_\_ (2018) *Lei n.º 1/2018 de 12 de Junho. Lei de Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Boletim da República – I Série – n.º 115.

\_\_\_\_\_ (2009). *Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica*. Aprovado pelo Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro. Maputo, Boletim da República.

*Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, PNUD, 2015, p. VIII*. Disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf). Acesso, 28/09/2018.

\_\_\_\_\_ (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Nova Iorque.

Vicente P. (2007). *Como vencer a Pobreza e Desigualdade*. Disponível em <https://www.coursehero.com/file/p7m9k2b4/As-comunidades-e-entidades-organizam-se-em-grupo-ou-associa%C3%A7%C3%B5es-Xitique/>. Acesso 30/09/2021.

UNICEF (2018). *Programa Conjunto das Nações Unidas sobre a Protecção Social Moçambique 2017-2020*. Maputo, Fundo das Nações Unidas para a Infância.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Life skills education in schools*. Geneva: WHO, 1997.

# Apêndices

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

**Título da Pesquisa:** Estratégias de Gestão da Renda dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) no bairro de Hulene “A” – Cidade de Maputo (2016-2020)

- 1. Natureza da pesquisa:** o sr. (sra.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem objetivos académicos.
- 2. Participantes da pesquisa:** Programa Subsídio Social Básico (PSSB) no bairro de Hulene “A” – Cidade de Maputo.
- 3. Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) utilize os dados fornecidos. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a).
- 4. Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adoptados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
- 5. Confidencialidade:** todas as informações colectadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados completos. Serão usados nomes fictícios para os participantes da entrevista.
- 6. Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício directo. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a temática acima referenciada de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ajudar os diversos intervenientes a melhor planificar sobre a perspectiva arrolada. Assim, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos depois de terminar o estudo.
- 7. Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

### **Consentimento Livre e Informado**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

**Assinatura do Participante da Pesquisa**

---

**Assinatura da Pesquisadora**

---

**Guião de Entrevista Semiestruturada para Colecta de Dados Junto dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) do Bairro de Hulene “A” na Cidade de Maputo.**

**Dados de Identificação.**

1. Idade: ( )
2. Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )
3. Estado Civil: Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) União Estável ( ) Viúvo (a) ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_
4. Em que Bairro Mora? \_\_\_\_\_
5. Há quanto tempo é beneficiário do Programa Subsídio Social Básico? \_\_\_\_\_
6. Em que categoria de grupos alvo se enquadra? Idosos em situação de vulnerabilidade ( ); Pessoa com Deficiência ( ); Doente Crónico ( ); Mulheres Grávidas Malnutridas; Outros \_\_\_\_\_

**Sobre a Temática: Estratégias de Gestão da Renda dos Beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB).**

1. Qual é o valor que recebe do programa Subsídio Social Básico (PSSB)?
2. Considera o valor suficiente para satisfação das necessidades básicas da família? Explique?
3. Que actividade desenvolve com o valor que recebe com vista a garantir o bem-estar da família?
4. Como faz a gestão do valor que recebe semanalmente, mensalmente, trimestralmente ou semestralmente?
5. Na sua opinião, quais são os principais problemas no processo de transferências do subsídio?
6. Na sua opinião, o que gostarias que de ver melhorado no processo de transferências do subsídio?